



Antónia Fialho Conde, Sofia Aleixo e Teresa Ferreira (dir.)

Conventualidades Representações e vestígios do quotidiano

Publicações do Cidehus

Introdução

Antónia Fialho Conde, Sofia Aleixo e Teresa Ferreira

DOI: 10.4000/books.cidehus.21048
Editora: Publicações do Cidehus
Lugar de edição: Évora
Ano de edição: 2023
Online desde: 14 de setembro de 2023
coleção: Biblioteca - Estudos & Colóquios
EAN electrónico: 9789727783410



<http://books.openedition.org>

Reférence eletrónica

CONDE, Antónia Fialho ; ALEIXO, Sofia ; et FERREIRA, Teresa. *Introdução* In : *Conventualidades : Representações e vestígios do quotidiano* [en ligne]. Évora : Publicações do Cidehus, 2023 (généré le 03 octobre 2023). Disponible sur Internet : <<http://books.openedition.org/cidehus/21048>>. ISBN : 9789727783410. DOI : <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.21048>.

Este documento foi criado de forma automática no dia 3 de outubro de 2023.



Le texte seul est utilisable sous licence CC BY-NC-ND 4.0. Les autres éléments (illustrations, fichiers annexes importés) sont « Tous droits réservés », sauf mention contraire.

Introdução

Antónia Fialho Conde, Sofia Aleixo e Teresa Ferreira

- 1 O e-book *Conventualidades: representações e vestígios do quotidiano*, agora publicado em OpenEdition pelo CIDEHUS na coleção «Biblioteca - Estudos & Colóquios», resulta de uma congregação de olhares provindos essencialmente da Academia – mas não só – e que abordam temas desde a análise laboratorial à prática arqueológica, da pesquisa histórica à investigação em musicologia, ou ainda da apreciação das potencialidades digitais para a salvaguarda e valorização do património às paleodietas. Este diálogo interdisciplinar e complementar entre os diferentes olhares teve lugar nos dias 20 e 21 de setembro de 2019, aquando da realização da VII edição da Residência Cisterciense no mosteiro de S. Bento de Cástris, em Évora¹.
- 2 Tal como o título anuncia, os autores procuram analisar a importância dos quotidianos, dos espaços e das opções artísticas, dos sabores, dos vestígios de natureza vária, para a construção da história da vivência dos lugares do espírito. Esta abordagem plural, fundada na pesquisa e na investigação, pretende garantir, pela sua natureza, formato e objetivos primaciais, uma «troca de saberes e experiências, na diversidade de abordagens, nas distintas apropriações dos espaços por formas de arte também distintas, na abertura à cidade/população e ao mundo académico»².
- 3 Assim, «Conventualidades» constitui um título que compreende práticas espirituais e materialidades que devem ser conhecidas e debatidas, desde temas presentes no património azulejar a quotidianos de ontem cujos vestígios e impactos no presente conhecemos e avaliamos precisamente a partir de práticas arquivísticas e laboratoriais. Esse saber proporciona um conhecimento indispensável à salvaguarda e antecipação, em termos patrimoniais, do seu futuro.
- 4 Enquanto editoras desta publicação, as nossas próprias experiências pessoais, académicas e/ou profissionais nestas áreas do conhecimento possibilitaram uma leitura cruzada de olhares, organizando os contributos em três partes: a primeira, com investigações de cinco autores, considera a temática dos revestimentos com(o) narrativas; a segunda, com três artigos, propõe uma leitura sobre a alimentação e quotidianos conventuais; e uma terceira, também com três trabalhos (um deles em coautoria), apresenta o azulejo como material a salvaguardar e como suporte ilustrativo

de narrativas relacionadas com a vida quotidiana, complementadas por reflexões sobre o papel da alimentação nos quotidianos conventuais.

- 5 Em toda a obra encontramos uma relação latente em torno de três grandes temáticas que a justificam: espaços monástico-conventuais, revestimentos a azulejos, e práticas alimentares. Acentuemos, neste contexto, a afirmação de Paulo R. Henriques, segundo a qual «o azulejo é uma das expressões mais fortes da cultura em Portugal». Testemunho da importância deste elemento decorativo para a narrativa histórica e patrimonial do país, constitui, como património integrado, uma parte significativa do património cultural material português, revelada pelos inúmeros estudos e trabalhos que sobre a temática da azulejaria se vêm realizando³. Esse património integra, nomeadamente, espaços interiores de conjuntos construídos, personalizando-os (no que à arquitetura religiosa concerne) também em termos das suas funções, sejam igrejas, cozinhas, claustros, celas ou salas de capítulo. Estes espaços, aliados aos seus materiais de revestimento, geram distintas sociabilidades que, no mundo claustral, eram regidas por diversas *Regras* e *Constituições*: a prática do jejum (voluntário ou imposto, com a penalização pela privação ou forma de consumo dos alimentos), o silêncio (individual ou partilhado no coletivo), as refeições (em dias feriais ou dias festivos), o tocar dos sinos (reguladores dos ritmos de acesso aos refeitórios), e o ritual nos refeitórios (refletido na ordem e hierarquia nas mesas, presença da leitura, lugar dos hóspedes, entre outros).
- 6 Este *e-book* tem início com a temática dos revestimentos com(o) suportes de narrativas, num conjunto de cinco abordagens, onde um texto de Luzia Rocha apresenta uma revisão do tema das ciganas na arte e na música, dando especial ênfase à cena apócrifa da adoração no descanso da Sagrada Família na fuga para o Egito. Partindo de anteriores trabalhos de investigação da autora (tese de doutoramento e publicação do livro *Cantate Dominum – Música e Espiritualidade no Azulejo Barroco* em 2015), o artigo foca-se em três aspetos no âmbito da revisão que anuncia: fontes artísticas, literatura e música/instrumentos musicais.
- 7 Alexandre Pais reflete em seguida sobre a presença do azulejo em alguns espaços religiosos portugueses. O autor detém-se sobre a já longa história associada à aplicação de azulejos em arquitetura (não sendo ainda possível identificar em que tipo de espaços ocorreu inicialmente, se laicos se religiosos), exemplificando com a aplicação dos mesmos, esgrafitados, no pavimento da igreja do mosteiro de Alcobaça⁴, não sendo, porém, prática mediévia única em termos europeus, sobretudo no que respeita à arquitetura religiosa. Essa aplicação prolongar-se-ia nos muros, especialmente a partir de Quinhentos, colocando os azulejos como alternativa à pintura mural, embora tenham partilhado paramentos. O autor analisa também a importância das oficinas de Sevilha entre finais de Quatrocentos e inícios do século seguinte em Portugal, identificando ainda a técnica da «majólica» como um dos elementos basilares da azulejaria no nosso país. O seu discurso percorre depois os séculos sucedâneos, com características próprias em termos de arte azulejar, e como o terramoto de 1755 firmou, dentro do uso do azulejo, o registo. O autor lança por último o seu olhar sobre o século XX e o surgir de uma nova conceção do recurso ao azulejo em espaços religiosos, e como, no final do século, por desígnio de arquitetos como Siza Vieira, é recuperada a dimensão narrativa setecentista da tradição azulejar portuguesa.
- 8 Ainda em espaço religioso, Joana Belard da Fonseca dedica o seu texto à presença azulejar dos séculos XVII e XVIII em doze conventos arrábidos, muito especialmente no

de Nossa Senhora da Arrábida, casa-mãe da Ordem, que isola em termos estilísticos. Neste último ocorreram recolocações sucessivas de azulejos de diferentes épocas (séculos XVI, XVII, XVIII e XIX), sendo que nos restantes conventos da Província predomina também o azulejo dos séculos XVII e XVIII. A partir da observação direta e do levantamento efetuado nos conventos de Frades Franciscanos Capuchos da «Mais Estreita e Regular Observância» ainda existentes, construindo um *corpus azulejar* exaustivo, sempre cruzado com a cronística da Ordem, a autora procura elencar tipologias e datações, bem como as temáticas, cruzando essas mesmas temáticas na reflexão apresentada. A autora defende que em quase todos os conventos estudados se verificaram recolocações, alterações, transposições de azulejos para outros locais, e até o desaparecimento de alguns dos exemplares azulejares originais.

- 9 Segue-se o texto de Fernanda Carvalho e coautores, onde o espaço de análise foi o mosteiro de Alcobaça, casa-mãe da Ordem de Cister em território nacional e fundado no século XII, nos alvares da nacionalidade. Sobre a aplicação de mosaicos cerâmicos no pavimento deste mosteiro, especifica-se o uso de ladrilhos vidrados na abside, ducentistas, tratando-se de um elemento decorativo raro (cores e formatos diferentes) numa arquitetura simples, austera, sem lugar para distrações e interpretações dos monges. A caracterização da paleta cromática utilizada, baseada na análise laboratorial, permitiu concluir sobre a matéria que faz a cor, ou seja, os pigmentos responsáveis pelo branco, o azul-turquesa, o castanho e os diferentes tons de verde. Sublinhe-se a informação obtida a partir dos vidrados, opacificados por estanho, sugerindo os autores que, por isto mesmo, se trata de um dos primeiros exemplos do uso desta tecnologia islâmica em pavimentos de cerâmica no Portugal cristão.
- 10 Encerra-se este conjunto com um trabalho de Celso Mangucci, no qual o autor aprecia a figuração do vasto conjunto azulejar do Colégio do Espírito Santo, edifício central da Universidade de Évora. Os azulejos, realizados entre 1744 e 1749, ajudam a entender como se organizavam os programas iconográficos setecentistas, reunindo em si a herança da cultura humanista, os preceitos cristãos e a abertura dos jesuítas à ciência, que contemplavam nos seus programas de ensino. Representam, pois, desde a épica virgiliana e os preceitos teológicos aos princípios físicos e leis matemáticas que o racionalismo vinha fazendo imperar. O autor estabelece ainda uma aproximação com algumas oficinas de Lisboa, atuantes à época em espaços construídos com fins similares (de ensino), um jesuíta (colégio de Santo Antão-o-Novo) e um oratoriano (convento das Necessidades), cónegos estes (de S. Filipe de Néri) que Sebastião José de Carvalho e Melo chamaria precisamente para funções pedagógicas aquando da expulsão dos jesuítas do território em 1759.
- 11 Na segunda parte do livro apresentam-se abordagens à história dos edifícios no tempo, num caldo de contextos, funções, intervenções e propostas de uso futuro muito abrangente. O fio condutor baseia-se, porém, na trilogia espaço monástico/alimentação/quotidianos conventuais. Esta parte inicia-se com um trabalho de Antónia Fialho Conde, que reflete sobre os dados recolhidos a propósito de uma comunidade monástica cisterciense feminina, S. Bento de Cástris, no período moderno. Essa reflexão assenta nas razões justificativas à normalidade quotidiana da população conventual em termos de regime alimentar, nomeadamente as imposições da *Regra* beneditina e das *Definições* cistercienses, os jejuns e as abstinências, a fragilidade em termos de saúde, a sazonalidade dos alimentos. A autora procura ainda encontrar a matriz mediterrânica nos consumos e opções alimentares, não a dissociando, porém, da gestão dos recursos

próprios, dos privilégios obtidos, e da origem da população conventual (em termos geográficos, sociais e culturais), questões similares às colocadas pela investigação historiográfica para contextos geográficos distintos e de amplitude diversa.

- 12 O trabalho de Ana Ribeiro e coautores, que se segue, prolonga a reflexão sobre as práticas alimentares das comunidades religiosas. Debruça-se sobre a dieta das clarissas do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, de Coimbra, entre os séculos XIV e XVII, dieta essa que foi analisada e caracterizada através da realização de análises de isótopos estáveis no colagénio ósseo de 28 esqueletos humanos. O artigo compara, e confronta, os resultados obtidos com dados históricos, carpológicos e zooarqueológicos, concluindo que se está em presença da prática de uma alimentação homogénea, baseada em alimentos terrestres, sobretudo plantas, incluindo também alimentos marinhos e/ou recursos de água doce. Porém, a dieta praticada revela uma acentuada presença da proteína animal, colocando questões relacionadas com a ausência de abstinência alimentar, mas que as autoridades religiosas autorizavam. As autoras do artigo colocam a hipótese desta fuga à precariedade clarissa poder ser entendida como uma forma de contornar as condições de grande vulnerabilidade do mosteiro, consequência das constantes cheias do rio Mondego.
- 13 Ainda na esfera conventual, mas numa outra perspetiva, Francisco Baião dá a conhecer o encanto de um espaço há muito tempo ao abandono, o do único convento feminino da Ordem jerónima em Portugal: o convento do Bom Jesus de Viana do Alentejo. Conjunto patrimonial pleno de história, que é contada no artigo de forma objetiva e com recurso à prova documental e arqueológica, conheceu agressões vandálicas ao longo do tempo. Conhece, desde 2018, um novo período dessa sua mesma história, baseado em obras de restauro e reabilitação por investimento de um particular e que, como fénix renascida das cinzas, ocupa de novo o seu lugar na história e memória da comunidade vianense. Um exemplo de esperança concretizada.
- 14 Os revestimentos azulejares foram também, nesses mesmos espaços, especialmente nos relacionados com as refeições em comum, testemunho de ações mecenáticas de abades, abadessas e priores e são hoje, muitas vezes, testemunhos de vandalismo⁵ e abandono. Este apontamento é o que nos conduz à última parte do livro, dado ser perante esta realidade que se reflete acerca das possibilidades de trabalho com o património azulejar (da excelência do uso à riqueza iconográfica), nomeadamente na necessária divulgação e disseminação de conhecimento, sobre as narrativas que expressa, com o objetivo de valorizar este património e assim o salvaguardar e preservar para as gerações futuras.
- 15 Leonor Sá apresenta o «Projeto SOS Azulejo», uma ideia sua no âmbito do Museu de Polícia Judiciária (MPJ)⁶, implementada em 2007 para a prevenção de furtos (segundo a autora, «pouco denunciados») de revestimentos azulejares de edifícios, seja em fachadas seja em interiores, seja de painéis seja de padrão, a que denomina de «salvaguarda ativa». A salvaguarda e valorização deste elemento decorativo e construtivo da arquitetura portuguesa contribui para reforçar a opção deste Museu, fundado em 1993, de ter como «função social» a «prevenção criminal», evitando crimes relacionados com o património cultural e bens históricos e artísticos, enquanto simultaneamente, de modo «assertivo, pedagógico e lúdico», estabelece uma ligação com a comunidade para que sinta esse património como seu. Como resultados práticos deste projeto, salientam-se a página *web*; a adesão da Câmara Municipal de Lisboa, que insere, no «Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa (RMUEL)» em 2013, medidas de proteção de azulejos; o reconhecimento internacional deste

projeto (Grande Prémio Europa Nostra 2013); e a legislação nacional específica de proteção do património azulejar em 2017. Sem orçamento próprio, as limitações de ação serão significativas, embora as parcerias interdisciplinares⁷ potenciem a visibilidade da instituição museológica. Por outro lado, e refletindo a valorização deste elemento e a necessidade deste reconhecimento pela população, vários municípios em 2021 davam conta de estar a desenvolver um trabalho exaustivo de inventário do património azulejar (ex.: Figueira da Foz, Lamego⁸, Viseu⁹) de registo para a proteção, salvaguarda e valorização, apelando à sensibilização e participação das comunidades. Outras iniciativas serão ainda complementares, como o «Guia de Inventário de Azulejo *In Situ*»¹⁰ (2014) elaborado pela Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões – IHA/FLUL em parceria com o Museu Nacional do Azulejo e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

- 16 Ana Catarina Pinheiro e Mathilda Amélia Larsson apresentam seguidamente uma aplicação (designada «Zulejo») socorrendo-se de uma vasta base de dados, para divulgar informação não só sobre o azulejo de padrão enquanto elemento patrimonial a salvaguardar, mas, principalmente, enquanto *software* interativo que, no próprio local onde o azulejo se encontra, fornece informação sobre as suas características, como fabricante, etc. Esta capacidade de conhecer no local, de aprender em contacto direto com o elemento patrimonial, revela uma atitude de entendimento do contexto como elemento indissociável da identidade do azulejo. Por exemplo, quando localizado em fachadas, não se trata apenas de um objeto que se manufaturou ou fabricou, mas sim de um elemento de interface entre uma realidade pública, com impacto estético no meio urbano, e uma realidade privada¹¹. Lamentavelmente, a candidatura do «Azulejo Português a Património Mundial», em maio 2015, e referida pelas autoras, não teve desfecho até ao momento de publicação deste volume¹², tendo sido considerada uma forma relevante de descentralização de visitantes que, através de roteiros de azulejaria, divulgariam este valioso património¹³. No entanto, o estudo do material deixou já um legado significativo, como sejam, para além dos estudos indicados pelas autoras, o site «FCT-AzuRe», que divulga Estudos no Azulejo Português para Candidatura a Património da Humanidade¹⁴, e o «Guia do Azulejo na Cidade», dedicado ao Porto¹⁵.
- 17 Deolinda Tavares, autora do último capítulo deste *e-book*, divulga alguns trabalhos da ciência ao serviço do azulejo, nas atividades de restaurar, recuperar e divulgar, em equipamentos localizados no Sul de Portugal e de diversas cronologias (concretamente a Basílica Real de Castro Verde e o convento de Nossa Senhora da Conceição, em Beja), para salientar o papel profissional da Direção Regional de Cultura do Alentejo, não só na articulação de entidades, mas também na definição técnica de como intervir, alertando ainda para as consequências da extinção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)¹⁶ e da transferência de competências para o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I. P., (IGESPAR)¹⁷, que tiveram lugar em 2007. Salaria o papel das comunidades locais, do seu «saber feito de vivências e memórias do sítio e das alterações que testemunham», e a subvalorização, em geral, deste conhecimento no processo de identificação do bem patrimonial.
- 18 Cruzando os três últimos artigos deste *e-book*, encontra-se a referência à escassez de recursos para empreender as ações de salvaguarda que se propõem, uma reação negativa à extinção da DGEMN face aos resultados efetivos para a salvaguarda do património e uma ideia de integração das comunidades nas intervenções, princípios que são reconhecidos¹⁸, revelando dificuldade de implementação na prática.

- 19 Deste conjunto de reflexões, ganhando forma de testemunhos escritos que aqui se reúnem, fica bem presente a natureza daquilo que deve ser a investigação em Portugal: pesquisa, análise material e prática laboratorial, trabalho de arquivo e trabalho no terreno, com características multidisciplinares, garantindo que o Património, a História, a Química e a Física, a Arquitetura, a Conservação, as Artes Decorativas, a Arqueologia e a Musicologia continuem a marcar a produção científica de qualidade em Portugal. É com base nestes propósitos que a Residência Cisterciense no mosteiro de S. Bento de Cástris garantiu já a realização de dez edições, bem como a publicação de dois *e-books*, sendo este o terceiro, contribuindo, assim, para a disseminação e promoção da cultura, das artes, das ciências e das letras.

Antónia Fialho Conde, Sofia Aleixo e Teresa Ferreira
Coordenadoras da edição

NOTAS

1. Parceria entre o CIDEHUS – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, a Direção Regional de Cultura do Alentejo, o Laboratório HERCULES – Herança Cultural, Estudos e Salvaguarda e o CEHR – Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, contando em 2019 com o apoio do Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, FLAUTUÉ – Escola de Artes da Universidade de Évora e Caminheiros de Évora.
2. Acessível em <http://residenciacisterciense.weebly.com>
3. Biblioteca digital sobre azulejaria e cerâmica acessível em <https://digitale.gulbenkian.pt>, tendo por base a documentação e o trabalho desenvolvido por João Manuel dos Santos Simões (1907–1972) e pela Brigada da Azulejaria, e ainda outras coleções pertencentes aos fundos da Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian.
4. Quando aplicados em pavimentos, e porque requerem uma maior resistência ao desgaste, os mosaicos cerâmicos assumem a designação técnica de «ladrilhos».
5. Poderíamos citar, neste contexto, o próprio exemplo do Refeitório do mosteiro de S. Bento de Cástris, no qual os azulejos do tipo «maçaroca de milho» foram vandalizados e mesmo roubados (nomeadamente um trecho que assinalava o patrocínio da obra pela abadessa D. Ana de Faria de Almeida. Salientemos ainda que, infelizmente, esta prática se estende a exemplos de arquitetura civil, mesmo em edifícios que constem em inventário municipal do património: «Em 2009, a opinião pública foi confrontada com a notícia da destruição parcial de um painel concebido por Almada Negreiros para uma moradia no Restelo, em Lisboa, tirando partido da ausência de classificação de tão emblemática obra. Ao choque e ultraje seguiu-se a assimilação da ideia de que, apesar de central na arte religiosa e palaciana, o azulejo não dispunha de ferramentas de protecção adaptadas à especificidade de uma forma de arte móvel e, portanto, volátil». Acessível em https://www.nationalgeographic.pt/historia/azulejos-conhecer-melhor-um-dos-mais-ricos-patrimonios-portugueses_1548
6. Iniciativa e coordenação do Museu da Polícia Judiciária, na dependência do Instituto de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (IPJCC). Acessível em <https://www.policiajudiciaria.pt/museu-policia-judiciaria/#>
7. Protocolo de 2007 no âmbito do Projeto SOS Azulejo, entre o Instituto Superior de Polícia Judiciária e Ciências Criminais (atual Escola de Polícia Judiciária), o Instituto Politécnico de

Tomar, o IPPAR (neste momento ainda Direção-Geral do Património Cultural), a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública. Em 2010, juntou-se em adenda o Instituto de História da Arte, Centro de Investigação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (IHA-CI-FLUL), através da Rede Temática em Estudos de Azulejaria e Cerâmica João Miguel dos Santos Simões (RTEACJMSS), e em 2014 aderiu ainda a Universidade de Aveiro.

8. A catalogação segue as orientações da Az Infinitum – Sistema de Referência e Indexação de Azulejo, desenvolvido pela Rede de Investigação em Azulejo, potenciando a sua utilização na classificação das fachadas de cada um dos edifícios como “Imóvel de Interesse Municipal”.

9. Inscrição destes bens no inventário do Património Cultural do concelho: «Viseu Azulejar», projetos direcionados à identificação, classificação, recuperação, investigação e promoção do património azulejar.

10. Acessível em http://www.monumentos.gov.pt/site/DATA_SYS/MEDIA/EstudosDocumentos/guia_inventarioAZULEJOS%20In%20Situ_v1.pdf

11. «(...) foi concebida para promover a salvaguarda e a divulgação do Património azulejar, facultando informações sobre os azulejos de forma instantânea e em qualquer local através do uso de um smartphone e acesso à internet. O utilizador da ZULEJO irá também colaborar na salvaguarda do património participando na inventariação e monitorização do estado de conservação das fachadas azulejadas ao registar fotografias de azulejos. (...) tem também uma finalidade ligada à investigação. A análise dos dados obtidos com a aplicação tem um interesse acrescido para as entidades responsáveis pelos azulejos e outros investigadores sendo possível estabelecer roteiros nas cidades e verificando quais os que suscitam maior interesse e as zonas mais visitadas (hotspots) (...)». Acessível em <https://blogazlab.wordpress.com/2019/10/01/app-zulejo-3/>

12. «Por norma, a UNESCO classifica monumentos ou zonas históricas geograficamente circunscritas. Neste caso, solicita-se a classificação de um largo conjunto de edificações com azulejo integrado disseminadas pelo País, que estaria nos limites das normas da UNESCO, mas que poderia ter virtudes paralelas, como a promoção do turismo em zonas historicamente desfavorecidas». Acessível em https://www.nationalgeographic.pt/historia/azulejos-conhecer-melhor-um-dos-mais-ricos-patrimonios-portugueses_1548

13. Acessível em <https://www.publico.pt/2018/05/05/fugas/noticia/esta-na-altura-de-os-portugueses-voltarem-a-olhar-os-seus-azulejos-1817825>

14. Acessível em <http://azulejos.lnec.pt/AzuRe/index.html>

15. Acessível em <http://reflexosdoporto.wix.com/guia-azulejo>; cf. ainda Nisa Félix (2020) – Reflexo(s) do Porto: Guia do Azulejo na Cidade / (Porto Reflection(s): City Tile Guide). Porto: DIGIMEDIA/Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória – CITCEM. *Journal of Digital Media & Interaction*, Vol. 3, No. 7, (2020), p. 178–192. ISSN: 2184-3120

16. Pelo D. L. n.º 223/2007 de 30 de maio, a maior parte das funções desta Direção-Geral foram integradas no Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, IHRU, no que diz respeito à intervenção sobre o património habitacional não classificado e ao desenvolvimento e gestão do Sistema de Informação para o Património (SIPA); já as atribuições relativas ao património classificado (Art.º 21, n.º 1) ficaram na competência do IGESPAR, entretanto refundido com o Instituto dos Museus e da Conservação numa nova Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

17. Criado pela Lei Orgânica do Ministério da Cultura, D. L. n.º 215/2006, de 27 de outubro. Como missão, e no âmbito do artigo de Deolinda Tavares, refira-se a elaboração de «planos, programas e projetos para a execução de obras e intervenções (...) em imóveis classificados ou em vias de classificação ou situados nas respectivas zonas de protecção(...)», e ainda «assegurar (...) a gestão e valorização do património cultural arquitectónico(...)».

18. Veja-se a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade, assinada em Faro em 27 de Outubro de 2005.

AUTORES

ANTÓNIA FIALHO CONDE

Universidade de Évora / CIDEHUS
mconde@uevora.pt

SOFIA ALEIXO

Universidade de Évora / Darq-EArtes/CHAIA/IHC-CEHCi; Universidade Nova de Lisboa / FCSH,
CHAM-SLHI
saleixo@uevora.pt

TERESA FERREIRA

Universidade de Évora / Departamento de Química e Bioquímica, Laboratório HERCULES |
IN2PAST
tasf@uevora.pt